

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. De acordo com o sistema de repartição de competências adotado pela Constituição Federal, aos Municípios

- (A) é vedado, em qualquer hipótese, legislar sobre matérias de competência federal ou estadual.
- (B) é vedado, em qualquer hipótese, legislar sobre matérias de competência federal, podendo, em alguns casos, legislar sobre matérias de competência estadual.
- (C) é permitida a delegação de competências legislativas privativas da União Federal, mediante lei complementar.
- (D) compete exercer, supletivamente, as competências materiais privativas da União e dos Estados-membros.
- (E) foram atribuídas competências materiais comuns com a União Federal, Estados e Distrito Federal.

02. Dentre os requisitos constitucionais para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, encontra-se a exigência de que se dêem

- (A) por lei estadual, que deverá ser levada à aprovação do Senado Federal.
- (B) por lei estadual, dentro do período determinado previamente por lei complementar estadual.
- (C) por lei estadual, condicionada à consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Estado envolvido.
- (D) no período determinado por lei complementar federal e somente após a divulgação dos estudos de viabilidade municipal.
- (E) no período determinado por resolução do Senado Federal, condicionada à consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos.

03. A Constituição Federal assegura ao Município autonomia para dar-se sua lei orgânica, que deverá, no entanto, observar a regra segundo a qual

- (A) os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais devem ser fixados por lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo estadual.
- (B) o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 10% (dez por cento) da receita do Município.
- (C) deve ser assegurada a iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros.
- (D) os Vereadores não poderão ser processados criminalmente sem prévia licença da respectiva Câmara Municipal.
- (E) o julgamento do Prefeito deve ser realizado pelo Superior Tribunal de Justiça.

04. Segundo a Constituição Federal, o decreto de intervenção do Estado no Município

- (A) não pode ser editado na vigência de estado de defesa.
- (B) pode nomear interventor, ainda que a intervenção seja fundada no descumprimento de ordem ou decisão judicial.
- (C) depende de prévia oitiva da Assembléia Legislativa autorizando a medida.
- (D) depende, sempre, de requisição do Tribunal de Justiça, a quem compete verificar a presença dos pressupostos constitucionais para a intervenção.
- (E) não pode ser editado na vigência de estado de sítio.

05. A Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001, estabeleceu a regra de que as medidas provisórias perderão a eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas dela decorrentes.

Quanto às medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação da referida Emenda Constitucional,

- (A) continuam em vigor até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional.
- (B) foram automaticamente convertidas em lei por força da mesma Emenda Constitucional.
- (C) perderão a eficácia, desde sua edição, se não forem ou não tiverem sido convertidas em lei pelo Congresso Nacional, no prazo de sessenta dias, contados da sua publicação, prorrogável uma vez por igual período.
- (D) perderão a eficácia, desde sua edição, se não forem convertidas em lei pelo Congresso Nacional, no prazo de sessenta dias, contados da publicação da Emenda Constitucional, prorrogável uma vez por igual período.
- (E) perderão a eficácia se não forem convertidas em lei pelo Congresso Nacional, no prazo de sessenta dias, contados da publicação da Emenda Constitucional, prorrogável uma vez por igual período.

06. Tem legitimidade para ajuizar ação popular

- (A) o estrangeiro residente no Brasil há mais de 15 anos.
- (B) o brasileiro nato, maior de 18 anos, ainda que não esteja no gozo de seus direitos políticos.
- (C) o brasileiro naturalizado que esteja no gozo de seus direitos políticos.
- (D) a pessoa jurídica constituída sob as leis do Brasil há mais de um ano, que tenha como objeto a proteção do patrimônio público.
- (E) a pessoa jurídica constituída sob as leis do Brasil há mais de um ano, independentemente de seu objeto.

07. De acordo com a Constituição Federal, o pagamento decorrente de condenação judicial transitada em julgado imposta à Fazenda Federal, à Fazenda Estadual e à Fazenda Municipal far-se-á na ordem cronológica de apresentação dos precatórios,

- (A) estando dispensada a expedição de precatório quando se tratar de pagamento de obrigações definidas em lei como de pequeno valor.
- (B) estando dispensada a expedição de precatório quando se tratar de condenação em indenização por danos morais.
- (C) estando dispensada a expedição de precatório quando se tratar de condenação imposta aos Poderes Legislativo e Judiciário.
- (D) estando dispensada a expedição de precatório quando se tratar de condenação decorrente de violação aos direitos fundamentais.
- (E) não havendo previsão de hipótese que autorize a dispensa da expedição de precatório.

08. Suponha que o Presidente da República eleito em 1998 tenha falecido em março de 2001 e que o Vice-Presidente que o sucedeu tenha perdido o cargo por força de condenação em prática de crime de responsabilidade. Nesse caso, tendo o Presidente da Câmara dos Deputados assumido a Presidência da República,

- (A) ele poderá completar o período do mandato iniciado em 1999.
- (B) deverá ser realizada eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República noventa dias depois de aberta a última vaga, para que seja completado o período do mandato iniciado em 1999.
- (C) deverá ser realizada eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República trinta dias depois de aberta a última vaga, para que seja completado o período do mandato iniciado em 1999.
- (D) deverá ser realizada eleição indireta, pelo Congresso Nacional, para Presidente e Vice-Presidente da República, trinta dias depois de aberta a última vaga, para que seja completado o período do mandato iniciado em 1999.
- (E) deverá ser realizada eleição indireta, pelo Congresso Nacional, para Presidente e Vice-Presidente da República, noventa dias depois de aberta a última vaga, para que seja completado o período do mandato iniciado em 1999.

09. A inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal pode ser argüida

- (A) em sede de ação direta de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, quando se tratar de ofensa à Constituição Federal.
- (B) em sede de controle difuso e incidental de constitucionalidade, podendo ser exercido pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito de recurso extraordinário quando se tratar de ofensa à Constituição Federal.
- (C) em sede de controle difuso e incidental de constitucionalidade, podendo ser exercido pelo Superior Tribunal de Justiça no âmbito de recurso especial quando se tratar de ofensa à Constituição do Estado.
- (D) apenas em face da Constituição do Estado, e não em face da Constituição Federal.
- (E) apenas em sede de controle difuso e incidental de constitucionalidade quando se tratar de ofensa à Constituição do Estado.

10. A Constituição Federal veda a cumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, entre outras hipóteses,

- (A) a de um cargo de professor com dois cargos ou empregos privativos de profissionais da saúde com profissão regulamentada.
- (B) a de dois cargos de professor com outro técnico ou científico.
- (C) a de um cargo de professor com dois cargos técnicos ou científicos.
- (D) a de um cargo ou emprego privativo de profissionais da saúde com profissão regulamentada com qualquer outro cargo técnico ou científico.
- (E) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais da saúde com profissão regulamentada.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. O seguinte enunciado reflete um princípio constitucional de Direito Administrativo:

- (A) “Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu no texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.”
- (B) “A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.”
- (C) A lide é decidida nos limites em que proposta, sendo defeso o conhecimento de questões, não suscitadas, a cujo respeito é exigida a iniciativa da parte.
- (D) “A propriedade atenderá a sua função social.”
- (E) “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.”

12. No controle externo da Administração Pública, os Tribunais de Contas podem

- (A) sustar, por ato próprio e direto, a execução de contrato administrativo.
- (B) decidir de modo irrevisável pelo Poder Judiciário sobre a licitude das contas auditadas.
- (C) sustar, por ato próprio e direto, a execução de atos administrativos, exceto quanto aos contratos administrativos.
- (D) determinar a quebra dos sigilos bancário e fiscal de pessoas físicas ou jurídicas envolvidas com a gestão de recursos públicos.
- (E) determinar a indisponibilidade de bens particulares de gestores de recursos públicos.

13. Quanto ao vício verificado “quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência”, é correto dizer:

- (A) O ato administrativo assim viciado oportuniza a convalidação.
- (B) Trata-se de vício localizado no aspecto *forma* do ato administrativo.
- (C) Requer, para sua configuração, que o agente público que o cometa persiga fim *pessoal*.
- (D) Constitui noção jurídica que enseja o controle de aspectos discricionários dos atos administrativos.
- (E) Não é configurável como ato de improbidade administrativa.

14. São princípios de procedimento administrativo, **exceto**:

- (A) Segundo o mesmo, os atos administrativos devem externar em seu texto as razões de fato e de direito consideradas pelo agente público aptas a justificar a sua edição.
- (B) Por esse princípio, as Cortes de Contas podem, no processo de controle das contas públicas, analisar a relação custo/benefício na execução das despesas públicas.
- (C) Nos termos desse princípio, a eficácia dos atos administrativos somente é deflagrada com a cientificação de seu conteúdo, pelo menos, àqueles diretamente atingidos.
- (D) Em atenção a esse princípio, a eventual desobservância de requisito formal somente sujeita o ato administrativo assim produzido à invalidação acaso tenha restado prejudicada alguma garantia de direito de administrado ou o fim público a ser realizado.
- (E) Segundo esse princípio, os atos a serem produzidos pelos cidadãos são gratuitos, ressalvadas as hipóteses legais em contrário.

15. Sobre o instituto da licitação, é correto afirmar:

- (A) Não é exigível com relação às empresas estatais.
- (B) Atende ao exclusivo fim do resguardo do tratamento isonômico dos interessados em contratar com o Estado.
- (C) Inexistem parâmetros objetivos para controlar a eleição pela Administração Pública dos requisitos editalícios para qualificação técnica.
- (D) Sua dispensa se dá por apreciação discricionária da autoridade competente, tendo o rol de hipóteses do art. 24 da Lei n. 8.666/93 natureza exemplificativa.
- (E) Em casos de inexigibilidade, não comparece discricionariedade administrativa para sua configuração, tendo as hipóteses do art. 25 da Lei n. 8.666/93 caráter meramente exemplificativo.

16. Acerca dos contratos administrativos, cabe anotar:

- (A) Submetem-se a um regime peculiar caracterizado pela incidência de cláusulas exorbitantes e proteção à equação econômico-financeira.
- (B) Somente podem ser formalizados entre pessoas jurídicas integrantes da estrutura estatal.
- (C) Devido a sua peculiaridade jurídica, não apresentam caráter bilateral comum aos contratos em geral.
- (D) As cláusulas exorbitantes podem ser exercitadas por ambas as partes contratantes em um contrato administrativo.
- (E) Em qualquer hipótese, a “exceção do contrato não cumprido” não pode ser aplicada aos contratos administrativos.

17. A chamada imprescritibilidade dos imóveis públicos é diretamente mitigada por qual dos institutos abaixo?

- (A) Permissão de uso de imóvel.
- (B) Concessão de uso de imóvel.
- (C) Servidão administrativa.
- (D) Concessão de Uso Especial de imóvel público urbano.
- (E) Alienação onerosa.

18. Sobre a disciplina jurídica dos agentes públicos, pode-se afirmar:

- (A) É necessário concurso público para obter-se acesso à função.
- (B) Sendo a estabilidade prevista somente em favor dos ocupantes de cargo público, os empregados públicos podem ser demitidos a qualquer momento e sem necessidade de abertura de procedimento administrativo concernente.
- (C) Os empregados públicos têm direito à estabilidade no emprego caso tenham sido contratados após aprovação em concurso público.
- (D) As pessoas políticas devem prever um regime jurídico único para os servidores públicos de suas respectivas esferas governamentais.
- (E) Remuneram-se exclusivamente por subsídio apenas os membros de Poder, os detentores de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais.

19. Ocorrido um dano a um cidadão advindo de conduta cometida por agente público no cumprimento de seu ofício, cabe afirmar:

- (A) O ente administrativo a que vinculado o agente público responderá objetivamente pelo dano apenas na hipótese desse agente ter se conduzido com imperícia.
- (B) A responsabilização estatal comparecerá somente de forma subsidiária, após verificada judicialmente a insuficiência do patrimônio do agente público causador do dano.
- (C) O particular prejudicado poderá acionar por responsabilidade tanto o agente público, quanto o Estado, mas não os dois simultânea e solidariamente, mudando, entretanto, a natureza da responsabilização civil de ambos: o primeiro, somente na modalidade culposa, enquanto o segundo, também na objetiva.
- (D) O particular prejudicado poderá acionar por responsabilidade tanto o agente público, quanto o Estado, inclusive os dois simultânea e solidariamente, mudando, entretanto, a natureza da responsabilização civil de ambos: o primeiro, somente na modalidade culposa, enquanto o segundo, também na objetiva.
- (E) Se o agente público tiver se conduzido com má-fé, será responsabilizado objetivamente.

20. Sobre a disciplina constitucional da política urbana, pode-se afirmar:

- (A) Para cidades com trinta mil habitantes, a elaboração de Plano Diretor é facultativa.
- (B) Em caso de não aproveitamento ou subaproveitamento de imóvel urbano, poderá o Poder Público Municipal instituir o parcelamento ou edificação compulsórios.
- (C) Nas desapropriações de imóveis urbanos, a indenização far-se-á mediante títulos da dívida pública com emissão previamente aprovada pelo Senado Federal.
- (D) A Constituição Federal não define como se configura o atendimento à função social da propriedade imóvel urbana.
- (E) O usucapião de imóvel urbano observa o prazo de cinco anos e opera-se ainda que o ocupante do imóvel seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. São garantias constitucionais do processo civil:

- (A) devido processo legal, contraditório, lealdade processual e publicidade.
- (B) economia processual, ampla defesa, contraditório e lealdade processual.
- (C) ampla defesa, devido processo legal, economia processual e imparcialidade.
- (D) imparcialidade, contraditório, publicidade e ampla defesa.
- (E) lealdade processual, devido processo legal, imparcialidade e ampla defesa.

22. Assinale a alternativa correta quanto à jurisdição voluntária e contenciosa.

- (A) Na jurisdição voluntária não existem partes litigantes, mas interessados em um conflito de interesses.
- (B) Na jurisdição contenciosa ocorre a homologação da vontade dos interessados através de uma sentença de mérito.
- (C) Na jurisdição voluntária há uma função jurisdicional atribuída ao juiz para a solução da lide.
- (D) Na jurisdição voluntária não existe uma sentença de mérito, mas uma simples homologação de um acordo de vontades.
- (E) A lide é elemento comum, existente tanto na jurisdição contenciosa como na voluntária.

23. Com relação às provas no processo civil,

- (A) não é válida a prova emprestada colhida em regular contraditório em processo criminal.
- (B) o ônus da prova cabe ao autor quanto aos fatos constitutivos e modificativos de seu direito.
- (C) a parte que alegar direito estrangeiro deverá provar seu conteúdo e vigência.
- (D) a parte pode estabelecer convenção que distribui de maneira diversa o ônus da prova recaindo sobre direito indisponível.
- (E) se o fato for afirmado por uma parte e confessado pela parte contrária afasta-se a incidência do princípio da livre apreciação das provas pelo juiz.

24. No que concerne à intervenção de terceiros,

- (A) a oposição possui o condão da obrigatoriedade, haja vista a destinação final do objeto ou direito em litígio.
- (B) não se realizando a nomeação à autoria, o réu responderá pelas perdas e danos a que der causa.
- (C) a denunciação da lide é facultativa ao possuidor indireto se o réu, citado em nome próprio, exercer a posse direta da coisa demandada.
- (D) o chamamento ao processo do devedor é obrigatório na ação em que o fiador for réu.
- (E) feita a denunciação da lide pelo autor, o denunciado integrará a lide como litisconsorte, porém não poderá aditar a petição inicial.

25. Quanto às ações reivindicatórias de bem imóvel,

- (A) o foro competente para a sua propositura é o do domicílio do réu.
- (B) não existe o direito à retenção por benfeitorias.
- (C) é impossível a cumulação da reivindicatória com outras ações, ainda que com ação de indenização por perdas e danos.
- (D) o mérito da ação reivindicatória versará sobre a posse.
- (E) o pólo passivo é formado por quem está na posse ou detém a coisa, sendo irrelevante a boa ou má-fé.

26. Relativamente às ações rescisórias,

- (A) admite-se ação rescisória contra sentença transitada em julgado, ainda que contra ela não se tenham esgotado todos os recursos.
- (B) não se admite ação rescisória em adjudicação compulsória.
- (C) cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais.
- (D) o silêncio da parte dos fatos contrários a ela enseja a propositura de ação rescisória com fundamento no inciso III, do artigo 485 do Código de Processo Civil.
- (E) o advento de lei superveniente é motivo ensejador de ação rescisória.

27. No que tange à antecipação da tutela,

- (A) ela possui a característica da provisoriedade, só podendo ser antecipado o direito material eventualmente a ser concedido em sentença.
- (B) não pode ser concedida antes da resposta do réu.
- (C) é incabível sua aplicação nos procedimentos especiais previstos na legislação.
- (D) faz-se necessário o preenchimento dos requisitos do “fundado receio de dano irreparável” e do “abuso de direito de defesa” para sua concessão.
- (E) não se admite a antecipação parcial da tutela.

28. Quanto à competência,

- (A) no caso de réu ausente, as ações contra ele demandadas correm no domicílio do autor.
- (B) a justiça brasileira é competente para apreciar pedido de divórcio movido por estrangeiro residente em nosso país, mas casado fora, contra estrangeira não domiciliada no Brasil.
- (C) na ação de adjudicação compulsória, o foro de eleição prevalece sobre o da situação da coisa.
- (D) para o processo sucessório é absoluta, podendo ser argüida de ofício pelo juiz.
- (E) é competente o foro do domicílio do credor para ação de anulação de títulos extraviados ou destruídos.

29. Na teoria dos recursos,

- (A) o interesse constitui um dos pressupostos objetivos de admissibilidade.
- (B) o prazo para interposição pode ser interrompido na hipótese de falecimento de um dos advogados constituídos pela parte perdedora.
- (C) são recorríveis todos os despachos, decisões interlocutórias e sentença.
- (D) a comprovação do recolhimento do preparo deve ser feita no prazo de até 5 (cinco) dias da interposição do recurso.
- (E) pelo princípio da unirrecorribilidade para cada decisão deve haver um único recurso adequado.

30. Assinale a alternativa correta quanto ao procedimento ordinário e sumário.

- (A) O procedimento ordinário é composto pelas fases postulatória e decisória.
- (B) As hipóteses de cabimento do rito ordinário estão taxativamente elencadas no Código de Processo Civil.
- (C) O procedimento sumário é composto por uma única audiência, em que se tem a tentativa de conciliação, contestação, instrução, debates e julgamento.
- (D) No procedimento ordinário, a fase postulatória inicia-se com a petição inicial e termina com a produção de provas.
- (E) O procedimento sumário tem como principais características a oralidade, a celeridade e a concentração dos atos processuais.

DIREITO CIVIL

31. No ordenamento jurídico brasileiro vigente, quanto à sua eficácia, a lei

- (A) começa a vigorar com a sua promulgação.
- (B) tem, como regra geral, a sua obrigatoriedade iniciada no dia da publicação.
- (C) segue o critério do “prazo progressivo” para sua vigência.
- (D) possui um prazo de *vacatio legis*, cuja contagem inclui o dia de começo e exclui o do vencimento.
- (E) segue o princípio da continuidade.

32. Quanto ao domicílio, em nosso sistema legal,

- (A) uma pessoa pode ter domicílio sem ter residência.
- (B) o domicílio é todo lugar que a pessoa estabelece sua residência.
- (C) as mulheres casadas possuem o mesmo domicílio do marido.
- (D) a pessoa natural tem um único domicílio pela nossa legislação.
- (E) o funcionário público, no exercício de sua função, não possui domicílio voluntário.

33. Na teoria dos atos e fatos jurídicos,

- (A) os atos lícitos podem também ser chamados de ato jurídico em sentido estrito.
- (B) o negócio jurídico pode decorrer de uma única manifestação de vontade.
- (C) os atos ilícitos não produzem efeitos jurídicos.
- (D) os fatos naturais são derivados da atividade humana diária.
- (E) os fatos humanos, se realizados em conformidade com o ordenamento, produzem efeitos jurídicos involuntários.

34. No que tange à prescrição e decadência,

- (A) haja vista o artigo 179 do Código Civil, não existem ações imprescritíveis.
- (B) a decadência não corre contra determinadas pessoas, embora a prescrição atinja a todos indistintamente.
- (C) as ações de natureza declaratória e constitutiva sujeitam-se à prescrição.
- (D) não se admite a renúncia prévia da prescrição.
- (E) a decadência pode ser interrompida pelas causas previstas no Código Civil.

35. Ao se falar em posse no sistema legal brasileiro,

- (A) para o uso das ações possessórias, é essencial que a posse seja de boa-fé.
- (B) a compossão não é admitida no direito brasileiro.
- (C) o Código Civil prevê o convalhecimento dos vícios da posse.
- (D) a posse nova está diretamente relacionada com a ação de força nova.
- (E) na posse *ad interdicta*, o possuidor poderá utilizar-se das ações possessórias, ensejando a usucapião se preenchidos os requisitos.

36. Com relação aos direitos de vizinhança,

- (A) a servidão de passagem e passagem forçada são sinônimos.
- (B) tanto nos atos ilegais como nos abusivos existe o mau uso da propriedade.
- (C) consoante o artigo 557 do Código Civil, os frutos caídos pertencem ao dono do prédio em que a árvore estiver.
- (D) considera-se encravado o imóvel sem saída para rua ou estrada, ou de saída difícil e penosa.
- (E) o artigo 554 do Código Civil protege a segurança, o sossego e o decoro.

37. Quanto à evicção no ordenamento jurídico pátrio,

- (A) a responsabilidade do alienante decorre da lei e não depende de previsão contratual.
- (B) o evicto não possui o direito de indenização pelas benfeitorias, ainda que úteis.
- (C) o ordenamento brasileiro não acolheu a possibilidade de evicção parcial.
- (D) o adquirente pode demandar pela evicção se foi privado da coisa pelo caso fortuito ou força maior.
- (E) o alienante responde pela perda decorrente de causa pré-existente ou ulterior ao tempo da alienação.

38. Relativamente às espécies de obrigações,

- (A) a obrigação de dar coisa certa confere ao credor direito pessoal e real sobre o bem.
- (B) a obrigação de dar coisa incerta indica a total indeterminação do objeto da prestação.
- (C) a recusa ao cumprimento de obrigação de fazer resolve-se, segundo o ordenamento brasileiro, exclusivamente em perdas e danos.
- (D) uma obrigação de não fazer impõe ao devedor um dever positivo.
- (E) a obrigação de dar coisa certa abrange a entrega e a restituição.

39. No que tange à união estável,

- (A) não existe o dever de fidelidade recíproca, própria do casamento.
- (B) tanto o concubinato puro como o impuro são abrangidos pelas Leis 8.971/94 e 9.278/96.
- (C) o objetivo de nossa legislação é facilitar a conversão da união estável em casamento.
- (D) após dissolvida a união estável, ao contrário do casamento, o convivente não possui direito a alimentos.
- (E) o direito real de habitação perdura em caso de morte de um dos conviventes em caráter permanente e vitalício, mesmo com nova união estável, salvo a celebração de casamento.

40. No direito das sucessões,

- (A) não existe direito de sucessão entre o adotado e os parentes do adotante, consoante a legislação vigente.
- (B) indignidade e deserção são institutos atrelados à sucessão testamentária.
- (C) a esposa está em grau hierárquico idêntico aos ascendentes, na ordem de vocação hereditária.
- (D) pelo princípio da *saisine* a capacidade para suceder é determinada no tempo da abertura da sucessão.
- (E) diz-se que a herança é vacante se não há conhecimento da existência de algum herdeiro ou testamento no momento de abertura da sucessão.

DIREITO TRIBUTÁRIO

41. A capacidade tributária passiva

- (A) independe da capacidade civil das pessoas naturais, mas depende de estar a pessoa jurídica regularmente constituída.
- (B) independe da capacidade civil das pessoas naturais ou de estar a pessoa jurídica regularmente constituída.
- (C) depende da capacidade civil das pessoas naturais, mas independe de estar a pessoa jurídica regularmente constituída.
- (D) depende da capacidade civil das pessoas naturais e de estar a pessoa jurídica regularmente constituída.
- (E) depende de não se achar a pessoa natural sujeita a medidas que importem limitação do exercício de atividade civil, ou de a pessoa jurídica configurar uma unidade econômica.

42. Para a instituição de taxas, não se poderá utilizar de

- (A) base de cálculo, seja qual for a espécie de taxa.
- (B) alíquotas que serviram para a instituição de impostos.
- (C) base de cálculo que tenha servido para a incidência de impostos.
- (D) denominação que serviu para a identificação de outras taxas.
- (E) base de cálculo, seja qual for o tipo de serviço prestado.

43. O prazo indicado pelo CTN para que o sujeito passivo proponha ação anulatória de decisão administrativa, cujo pedido de restituição foi denegado, sob pena de ocorrer a sua prescrição, é de

- (A) 30 dias, contados da data da ciência da decisão administrativa.
- (B) dois anos, contados da data da extinção do crédito tributário.
- (C) dois anos, contados da data da denegação do pedido.
- (D) cinco anos, contados da data da ciência da decisão administrativa.
- (E) cinco anos, contados da data da extinção do crédito tributário.

44. Nos termos da legislação em vigor e salvo disposição de lei em contrário, reputam-se perfeitos e acabados os atos ou negócios jurídicos sob condição suspensiva desde o momento

- (A) do implemento da condição.
- (B) da prática do ato.
- (C) da celebração do contrato ou do negócio.
- (D) do desfazimento do negócio.
- (E) do desfazimento do ato.

45. A União

- (A) não pode conceder isenção de impostos municipais.
- (B) pode conceder isenção de impostos municipais, mediante lei complementar e atendendo a relevante interesse econômico nacional.
- (C) pode conceder isenção de impostos municipais, mediante lei complementar e atendendo a relevante interesse social local.
- (D) pode conceder isenção de impostos municipais, mediante lei ordinária e atendendo a relevante interesse econômico nacional.
- (E) pode conceder isenção de impostos municipais, se simultaneamente conceder o benefício quanto aos tributos de sua competência.

DIREITO DO TRABALHO

46. Com relação à empregada gestante, pode-se afirmar que

- (A) possui direito à licença gestante pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, sendo que o valor de seu salário será pago pelo INSS, sem prejuízo de contagem de prazo para efeitos de aposentadoria.
- (B) possui direito à licença gestante pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, sendo que o valor de seu salário será pago diretamente pelo empregador, sem prejuízo de contagem de prazo para efeitos de aposentadoria.
- (C) possui direito à licença gestante pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, sendo que nesse período não receberá o valor de seu salário, mas serão depositados os valores referentes ao FGTS e o prazo contará para efeitos de aposentadoria.
- (D) possui direito à licença gestante pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, sendo que nesse período não receberá o valor de seu salário e não serão depositados os valores referentes ao FGTS, mas o prazo contará para efeitos de aposentadoria.
- (E) possui direito à licença gestante pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, sendo que nesse período não receberá o valor de seu salário, não serão depositados os valores referentes ao FGTS e o prazo não contará para efeitos de aposentadoria.

47. Quando ocorre a sucessão de empresas,

- (A) a contagem do tempo de serviço não é interrompida, mas os períodos aquisitivos começam a contar novamente, sendo que eventuais férias vencidas devem ser indenizadas.
- (B) caso existam débitos pretéritos da empresa sucedida, não poderão eles ser exigidos da sucessora, mas apenas de eventuais sócios retirantes.
- (C) as relações empregatícias, temporariamente interrompidas, são rescindidas por ocasião da sucessão.
- (D) o novo proprietário fica sub-rogado em todas as obrigações trabalhistas do antigo proprietário da empresa.
- (E) se no contrato de transferência das cotas sociais os novos proprietários assumirem todo e eventual passivo trabalhista, não mais poderão ser pessoalmente responsabilizados os sócios retirantes.

48. Sobre o contrato de trabalho por prazo determinado, pode-se afirmar que

- (A) possui prazo máximo de 90 (noventa) dias.
- (B) pode ser prorrogado por várias vezes até que atinja o limite legal.
- (C) são devidos ao término do prazo as férias e a gratificação natalina proporcionais.
- (D) o aviso prévio é devido quando ocorrer o término do prazo.
- (E) o contrato de experiência pode ser realizado de forma expressa ou tacitamente.

49. É vedado aos Sindicatos:

- (A) estabelecer negociações entre empregados e empregadores.
- (B) exercer função atividade político-partidária.
- (C) arrecadar contribuições para seu custeio.
- (D) prestar assistência jurídica aos seus associados.
- (E) demandar em Juízo em nome próprio.

50. Tratando sobre os benefícios da Previdência Social no direito pátrio, é correto afirmar:

- (A) A gratificação natalina é devida aos aposentados, mas não aos pensionistas.
- (B) O seguro desemprego é devido quando o empregado é dispensado por justa causa e no pedido de demissão.
- (C) O salário-de-benefício é apurado utilizando-se a média dos 50% maiores salários-de-contribuição do segurado.
- (D) Para gozar da aposentadoria especial não é necessária carência.
- (E) O salário-família é devido aos aposentados por invalidez.

DIREITO PENAL

51. Comete o crime previsto no art. 313-A do Código Penal, pelo acréscimo dado pela Lei nº 9.983, de 14 de julho de 2000, o funcionário

- (A) autorizado que inserir ou facilitar a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública, com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano.
- (B) não autorizado que inserir ou facilitar a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública, somente se com o fim de obter vantagem indevida para si.
- (C) autorizado que inserir ou facilitar a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública para obter vantagem indevida somente se a vantagem era para si próprio.
- (D) autorizado que inserir ou facilitar a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública somente se para causar dano a terceiros.
- (E) autorizado que inserir ou facilitar a inserção de dados falsos, alterar nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública somente se o fim era obter vantagem indevida para outrem.

52. Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei constitui

- (A) contravenção penal pelo emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- (B) crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- (C) infração administrativa pelo emprego indevido de verbas ou rendas públicas.
- (D) crime contra a fé pública.
- (E) crime contra a administração da justiça.

53. Constitui crime de denúncia caluniosa, de acordo com a redação dada pela Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000,

- (A) apenas dar causa a instauração de investigação administrativa e a inquérito civil contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente.
- (B) apenas dar causa a instauração de investigação policial e de processo judicial contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente.
- (C) apenas dar causa a processo judicial e a instauração de investigação administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente.
- (D) dar causa a instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente.
- (E) somente dar causa a instauração de investigação policial, de processo judicial e ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente.

54. Constitui crime de falso testemunho ou de falsa perícia, conforme redação dada pela Lei nº 10.268, de 28 de agosto de 2001,

- (A) fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete apenas em administrativo e em juízo arbitral.
- (B) fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete apenas em processo judicial.
- (C) fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete apenas em processo judicial e inquérito policial.
- (D) fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral.
- (E) fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete apenas em juízo arbitral.

55. Constitui crime de coação no curso do processo

- (A) usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral.
- (B) usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir somente em processo judicial.
- (C) usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir somente em processo administrativo.
- (D) usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir somente em processo judicial e procedimento policial.
- (E) usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir somente em juízo arbitral.

56. Aquele que se apropria de dinheiro ou de qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem, pratica

- (A) contravenção penal.
- (B) crime de peculato mediante erro de outrem.
- (C) ilícito administrativo.
- (D) irregularidade funcional.
- (E) crime de apropriação indébita.

57. Pratica crime de emissão de título ao portador sem permissão legal o agente que emite

- (A) com permissão legal, apenas nota, bilhete, ficha e vale.
- (B) com permissão legal, nota, bilhete, ficha, vale ou título que contenha promessa de pagamento em dinheiro ao portador ou a que falte indicação do nome da pessoa a quem deva ser pago.
- (C) sem permissão legal, nota, bilhete, ficha, vale ou título que contenha promessa de pagamento em dinheiro ao portador ou a que falte indicação do nome da pessoa a quem deva ser pago.
- (D) sem permissão legal, apenas nota, bilhete, ficha e vale.
- (E) com permissão legal, apenas nota, bilhete, vale ou título que contenha promessa de pagamento em dinheiro ao portador.

58. Apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio (Decreto nº 201, de 27 de fevereiro de 1967)

- (A) é crime punido apenas com detenção e multa.
- (B) é crime de ação privada.
- (C) é crime punido apenas com reclusão e multa;
- (D) é crime de ação pública.
- (E) é crime que depende do pronunciamento da Câmara dos Vereadores.

59. O crime de usurpação de função pública pode ser cometido

- (A) somente por funcionário público.
- (B) por qualquer pessoa.
- (C) somente por funcionário que exerce função que não lhe compete.
- (D) somente por particular.
- (E) somente por quem exerce função pública gratuita.

60. Pratica o crime de explosão o agente que expõe a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem,

- (A) mediante explosão, arremesso ou simples colocação de engenho de dinamite ou de substância de efeitos análogos.
- (B) apenas mediante explosão.
- (C) apenas mediante arremesso ou simples colocação de engenho de dinamite ou de substância de efeitos análogos.
- (D) apenas mediante arremesso ou simples colocação de engenho de dinamite ou de substância sem efeitos análogos.
- (E) apenas mediante simples colocação de engenho de dinamite ou de substância de efeitos análogos.

61. A lei excepcional ou temporária é aplicada ao fato praticado durante sua vigência,
- (A) embora não decorrido o período de sua duração.
 - (B) somente quando decorrido o período de sua duração.
 - (C) somente quando cessadas as circunstâncias que a determinaram.
 - (D) embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram.
 - (E) embora não cessadas as circunstâncias que a determinaram.
-
62. A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado, porém o dever de agir incumbe a quem
- (A) apenas assumiu a responsabilidade de impedir o resultado e, com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.
 - (B) tenha por lei apenas obrigação de cuidado.
 - (C) apenas assumiu a responsabilidade de impedir o resultado.
 - (D) apenas, com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.
 - (E) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado; com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.
-
63. Se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se, de acordo com esse entendimento, a pena pode ser reduzida de
- (A) um sexto a um terço.
 - (B) um terço à metade.
 - (C) um a dois terços.
 - (D) um quinto a um terço.
 - (E) um quarto a um terço.
-
64. Pela redação dada pela Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984, quem, de qualquer modo, concorre para o crime, incide nas penas a este cominadas
- (A) com diminuição de metade.
 - (B) em igualdade de condições.
 - (C) na medida de sua culpabilidade.
 - (D) com diminuição de um a dois terços.
 - (E) com diminuição de um sexto a um terço.
-
65. As penas previstas no Código Penal, com redação dada pela Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984, são
- (A) somente privativas de liberdade.
 - (B) somente restritivas de direitos.
 - (C) somente de multa.
 - (D) somente privativas de liberdade e de multa.
 - (E) privativas de liberdade; restritivas de direitos; de multa.
-
66. João arguiu nulidade da ação penal que lhe move a Justiça Pública através de *habeas corpus*. Concedida a ordem,
- (A) será decretada a absolvição.
 - (B) o processo será arquivado.
 - (C) o processo será renovado.
 - (D) será declarada extinta a punibilidade.
 - (E) haverá recurso *ex officio* para o STJ.
-
67. Recebida a denúncia, se o réu estiver no Brasil, mas fora do território da jurisdição do juiz processante, ele será citado
- (A) por carta precatória.
 - (B) por carta rogatória.
 - (C) por ofício.
 - (D) pelo Correio.
 - (E) pelo telefone.
-
68. João foi preso em flagrante por prática de crime contra o patrimônio. Nesse caso, o inquérito deverá
- (A) terminar em cinco dias.
 - (B) terminar no prazo de 30 dias.
 - (C) ser remetido ao Juiz para fixar prazo de encerramento.
 - (D) terminar no prazo de dez dias.
 - (E) terminar em 20 dias.
-
69. É da competência do Tribunal do Júri o julgamento dos crimes previstos:
- (A) apenas nos arts. 121, parágrafos 1º e 2º e 122, parágrafo único, consumados ou tentados.
 - (B) nos arts. 121, parágrafos 1º e 2º, 122, parágrafo único, 123, 124, 125, 126 e 127 do Código Penal, consumados ou tentados.
 - (C) apenas nos arts. 121, parágrafos 1º e 2º e 127, consumados ou tentados.
 - (D) apenas nos arts. 121, parágrafos 1º e 2º e 122, parágrafo único, consumados.
 - (E) apenas nos arts. 121, parágrafos 1º e 2º e 127, consumados.
-
70. Faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado
- (A) somente em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.
 - (B) somente em estado de necessidade e em legítima defesa.
 - (C) somente em legítima defesa e em estrito cumprimento de dever legal.
 - (D) somente em estado de necessidade e em estrito cumprimento de dever legal.
 - (E) em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.